

LUGARES DE MEMÓRIA OPERÁRIA NA METRÓPOLE PAULISTANA

Simone Scifoni*

Resumo: Antigas vilas operárias, conjuntos habitacionais, espaços de luta do trabalhador na cidade, edificações fabris carregadas de um significado simbólico ligado ao cotidiano e às condições de vida do operariado; são exemplos do que pode ser interpretado como lugares da memória operária na metrópole. Estes emergem em um contexto em que a fábrica, o trabalho e o próprio trabalhador se transformam mundialmente. Constituem-se na passagem entre duas lógicas orientadoras da produção espacial: a de uma urbanização centrada na indústria e a da reestruturação da metrópole, a partir da dispersão espacial e de uma economia fundada em novos setores de atividade. O objetivo do trabalho é refletir sobre a constituição dos lugares de memória operária para pensar o sentido político de sua permanência na metrópole.

Palavras-chave: memória, lugar de memória, metrópole, patrimônio industrial, operariado.

PLACES OF WORKING MEMORY IN SÃO PAULO METROPOLE

Abstract: Older workers' villages, housing estates, spaces of struggle of the worker in the city, factory buildings with symbolic meaning connected to everyday life and living conditions of the workers; they are examples to be interpreted as working memory places in the metropolis. These emerge in a context where the factory work and the workers become global. They consist the passage between two spatial logics guiding the production: the urbanization based on industry, and industrial restructuring in the metropolis, from the spatial dispersion and an economy founded on new sectors of activity. The objective of the work is to identify and reflect the formation of working memory places to think the political meaning of its stay in the city.

Key Words: memory, memory places, metropolis, industrial heritage, working class.

Introdução

A maior e mais complexa metrópole brasileira foi submetida no período histórico recente a transformações que imprimiram novas formas e novos conteúdos à urbanização. Segundo Lencioni (1994), desde a década de 1970, a metrópole paulista testemunha mudanças naquilo que foi o seu elemento central constituinte e força motriz: a concentração das atividades industriais. A dispersão das plantas industriais em busca de novos espaços deu-se tanto com a mudança de antigas fábricas localizadas nas zonas industriais tradicionais, como na escolha

locacional dos novos empreendimentos ou da expansão dos já existentes para fora da metrópole ou em seus limites. A esse processo, que se denomina de reestruturação urbano-industrial e que teve início no alvorecer da década de 1980, acrescentam-se elementos como a crise econômica da chamada década perdida e as políticas neoliberais que abriram o mercado para os produtos importados, o que resultou em fechamento de inúmeras fábricas em função da competição de preços. Particularmente, em zonas industriais tradicionais da

* Professora do Depto de Geografia da FFLCH/USP. E-mail: simone.scifoni@gmail.com. Pesquisa financiada pela Fapesp – Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo.

metrópole, como é o caso do ABC paulista, o impacto deste processo se deu de forma mais intensa, produzindo conseqüências diretas no operariado e na paisagem industrial.

Os lugares da memória operária constituem-se, assim, a partir dessa mudança dos conteúdos da urbanização na metrópole, que transformam as práticas socioespaciais antes profundamente marcadas pela indústria. Constituem-se no momento de passagem de uma prática socioespacial fundamentada na produção material, para outra experiência de vida urbana, agora calcada essencialmente no consumo que fundamenta a construção de nova identidade do lugar.

Tendo como objetivo compreender o significado e a emergência dos lugares de memória operária, o percurso deste trabalho¹ parte, inicialmente, de uma discussão crítica a respeito da noção proposta por Nora (1997) de “lugar de memória” e a reelabora utilizando para tal o aporte teórico da ciência geográfica, na qual a noção de lugar tem um conteúdo específico e preciso.

No momento seguinte, buscamos discutir e problematizar as categorias de lugares de memória operária propostas por Rébérioux (1992), a partir do estudo de caso que enfoca alguns municípios da região do ABC paulista. Adotamos esse recorte espacial de investigação, pois, desde o final do século XIX, a região se constituiu como a mais importante zona industrial dos arredores paulistanos. Tal recorte espacial busca as raízes da formação de uma identidade operária na metrópole, não em sua área central, mas ao contrário, no subúrbio que se constituía. Segundo Martins (2002), é na história do subúrbio que se encontra uma riqueza de perspectiva para o estudo da formação da classe operária, já que a indústria paulistana não nasceu concentrada na cidade, mas dispersa em um amplo

espaço urbano e rural, que inclui o subúrbio. Do ponto de vista metodológico, a identificação dos lugares de memória operária tem como base a classificação nas seguintes categorias: lugares de trabalho, lugares de luta, lugares de moradia e lugares da vida cotidiana.

Por fim, a apresentação de um quadro inicial de dados levantados nesta pesquisa, nos permitiu propor outro ponto de vista na leitura sobre a produção do espaço da cidade, para além do foco central nos processos e sujeitos hegemônicos. Um olhar que privilegiou as resistências e insurgências contra o hegemônico, aproximando-se daquilo que Benjamim (2010) chamou de “escovar a história a contrapelo”.

Para repensar a noção de lugar de memória

Em *Les lieux de mémoire*, obra organizada por Pierre Nora, em 1984, o autor propõe pela primeira vez e conceitua a expressão acima para designar os “lugares onde a memória se cristaliza ou se refugia”. A obra é composta de vários volumes e foi fruto de um seminário realizado na Escola de Altos Estudos em Ciências Sociais da França, entre os anos de 1978 e 1981.

Segundo o autor, os lugares de memória apareciam como questão naquele determinado momento, em um contexto de aceleração da história e de consciência de ruptura com o passado, como produto das transformações profundas vivenciadas pela sociedade, caracterizadas como um momento de incertezas. De um lado o impacto do processo de desindustrialização na Europa, alimentado também por mudanças impressas pela mundialização da economia e cultura, que resultou em generalização de referências pelo mundo afora, nos comportamentos, gostos e valores.

Nessa conjuntura da emergência da noção, o autor apontava para o despertar da consciência historiográfica, de um olhar crítico que impunha novas abordagens sobre a história produzida e que, ao mesmo tempo, questionava a própria memória oficial. Chamava atenção, ainda, para o fim da tradição de memória, ou seja, o fato de que a memória como prática social não estava mais presente espontaneamente e não era mais vivida coletivamente. Era preciso um esforço para produzi-la, mas isso aparecia como uma condição gerada externamente ou induzida, como um “dever da memória”.

Estas transformações resultaram em rápido desaparecimento da memória nacional e o seminário e livro tinham como objetivo a realização de um “inventário dos lugares onde essa memória estaria encarnada”, segundo Nora (1997, p.15). Para o autor, a expressão designaria lugares que contem a memória nacional, objetos capazes de simbolizar a formação da nação, tais como as festas, as comemorações, os dicionários, os monumentos.

A obra, dividida em três partes assim discriminadas, República, Nação e França, evidenciava como o elemento central da noção de lugar de memória a busca pelo sentido do nacional, da nacionalidade. Em várias passagens na abertura do livro, o autor deixa clara esta preocupação, já que define os lugares de memória como “nosso momento de história nacional” (*op.cit*, p.42). A própria escolha dos temas a serem tratados nas três partes do livro, não deixa dúvida sobre o sentido da identidade nacional que se busca na obra.

Entretanto, segundo Decca (1992), não se pode confundir esta abordagem como se fosse uma obra de caráter ufanista e exaltadora da memória oficial, ao contrário, o que se procurou entender foram os suportes da memória coletiva pouco estudados e que

estavam na essência da formação do cidadão francês. Contrapondo-se a glorificação de uma determinada representação do passado, o que Pierre Nora afirmou foi a memória como vida, carregada por grupos vivos e construída na dialética da lembrança e do esquecimento. A memória do nacional que se buscou foi a da tradição vivida na repetição do tempo, como o elemento fundante da identidade do que é ser francês e, também, como busca de si mesmo em um mundo em ruptura e transformação.

Desde então, os lugares de memória vêm constituindo-se como tema de pesquisa entre historiadores, sociólogos, antropólogos e arquitetos, algumas vezes sob a perspectiva de objetos patrimonializáveis, por meio das políticas públicas de cultura. No entanto, quando a expressão é trazida para o seio da análise geográfica, como pretende o presente trabalho, coloca-se a necessidade de sua reelaboração.

Isso porque “lugar” é, antes de tudo, uma noção basilar na Geografia desde sua fundação como ciência moderna. Paul Vidal de La Blache, um dos grandes autores clássicos da Geografia Francesa definia, no início do século XX, a Geografia como a “ciência dos lugares”. Faz-se necessário pensar, assim, de que maneira a perspectiva geográfica pode contribuir para a construção desse tema de pesquisa multidisciplinar.

O lugar foi definido inicialmente na Geografia com o sentido de localização, um ponto único na superfície terrestre. Entretanto, as discussões mais recentes têm conferido novo significado ao lugar, como a dimensão concreta do espaço geográfico onde a vida acontece. De acordo com Carlos (1996), o “lugar é a base da reprodução da vida”. Isso não significa compreendê-lo como palco ou substrato físico inerte, ao contrário, ele é parte constitutiva da vida humana, ao mesmo tempo ponto de partida e

resultado de um processo de apropriação, transformação e uso do espaço. Como dimensão concreta e real do espaço geográfico, o lugar é produto de uma construção social cotidiana, que se dá ao mesmo tempo em que a sociedade reproduz sua existência, relações sociais, cultura, valores e a própria história humana.

Assim são meus mapas. Olho para vastos espaços. Identifico rios, montanhas, mares, cidades. Não me dizem coisa alguma. Não me produzem nenhum riso. Mas há alguns poucos lugares que brilham como estrelas. São lugares onde moram pessoas que eu amo. Ou lugares onde eu fui feliz, vi beleza, experimentei o amor. Cada um tem um mapa que é só seu. (ALVES, R., 1995, p.125)

Mas, ao mesmo tempo em que as particularidades do lugar são produto dos ritmos de vida, das formas de apropriação, elas também revelam as contingências do mundial. O lugar não se apresenta como um fato isolado ou um ente dotado de autonomia, ao contrário, é produto contraditório da relação estabelecida entre o local e o mundial. O lugar aparece como a síntese entre essas duas ordens: a distante, que corresponde ao plano do mundial e da sociedade urbana em constituição; e a ordem próxima, a dimensão do real, do concreto (CARLOS, 1996).

O lugar se define e traz o sentido do cotidiano, das relações de trabalho, vizinhança e lazer, dos momentos de encontros e lutas pela sobrevivência, da possibilidade de apropriação social. E, como tal, contem o sentido que Lefebvre (1991) chamou de "grandeza do cotidiano" expresso na vida que se perpetua, na apropriação do espaço pelo corpo e pelo desejo, na moradia, na criação do mundo prático-sensível, na obra, na festa. Dialeticamente, conforme o autor, ele contem, também, o sentido da

"miséria do cotidiano" representada nas atividades parcelares, na repetição do gesto no trabalho, na escassez e privação, na violência.

O lugar guarda a dimensão do vivido e da vida cotidiana e, portanto, nele se formam os laços de uma identidade espacial, o sentido dado por se reconhecer naquele lugar, como diz Carlos (1996, p.29):

O lugar é produto das relações humanas, entre homem e natureza, tecido por relações sociais que se realizam no plano do vivido, o que garante a construção de uma rede de significados e sentidos que são tecidos pela história e cultura civilizadora produzindo a identidade, posto que é aí que o homem se reconhece porque é o lugar da vida."

É nesse sentido que nele se ancoram, contraditoriamente, as lembranças do viver, com toda a sua riqueza revelada nas relações familiares, nos prazeres do lazer e tempo livre, na sociabilidade das ruas, como também lembranças que remetem às contingências, às restrições da vida e do trabalho. Mas as lembranças da vida cotidiana que podem ser entendidas como individuais, são, sobretudo, construções dadas coletivamente, no seio dos grupos sociais, pois são resultado do compartilhamento de experiências, de práticas socioespaciais. Como nos lembra Halbwachs (2006), ainda que referenciadas em sensações e percepções individuais, nossas lembranças permanecem coletivas, pois jamais estamos só. Elas se situam em "quadros sociais da memória" nos quais as lembranças individuais se articulam à memória dos grupos.

O lugar de memória ao se definir pela experiência e pelo vivido no tempo revela-se articulando memória individual e coletiva, mas também a memória voluntária e

involuntária. Proust (1991), autor que distinguia essas duas categorias de memória, definia memória voluntária como aquela que surge com o dever de lembrar, ela é construída, celebrada, rememorada, é a memória da inteligência e dos olhos. Para ele, a memória involuntária, ao contrário, revela mais de nós mesmos, ela evoca um passado escondido e fora do alcance, que surge sem querer, a partir de um estímulo de cor, luz, som, odor ou, ainda, de gosto, como o do bolo embebido no chá, que fez Proust lembrar da casa de campo de seus avós, na infância. Ela se situa a meio caminho entre memória e esquecimento, diz o autor, ela nos faz provar daquela mesma sensação do passado, mas em uma circunstância nova.

Mas, quando nada subsiste de um passado antigo, após a morte dos seres, após a destruição das coisas, apenas o cheiro e o sabor, mais frágeis e mais vivazes, mais imateriais, mais persistentes, mais fiéis, permanecem ainda por muito tempo, como almas, a fazer-se lembrados, à espera sobre a ruína de tudo o resto, a carregar sem vacilações sobre a sua gotinha quase impalpável o edifício imenso da memória (PROUST, 2003, p.54).

Assim como uma sensação de gosto despertou a memória involuntária conforme Proust relatou, acreditamos que os lugares de memória também tem essa qualidade, esse poder de fazer aflorar o passado latente, de trazer novamente, lá do fundo, as mesmas sensações vivenciadas, uma vez que cada ponto da superfície é uma localização única e revela também uma experiência particular. O lugar tem essa capacidade de realizar isso no coletivo, no grupo social tal como a lembrança despertada involuntariamente pela presença naquele ponto, naquela esquina, naquela rua em que a experiência do passado retorna. Independente do lugar conter algum

vestígio material do passado, como o autor se refere na citação, ele tem essa qualidade, assim como o gosto do bolo no chá, ele tem esse poder de evocar uma lembrança lá no fundo escondida. Essa qualidade é dada pelo fato do lugar ser resultado de uma localização única, particular.

Neste sentido, para além da nacionalidade e da busca do nacional perseguida pelos historiadores franceses liderados por Nora, pensamos os lugares de memória como aqueles nos quais foi possível compartilhar, no tempo, experiências sociais e cotidianas e, portanto, aqueles capazes de reter, guardar e expressar essas lembranças coletivas. Os lugares de memória situam-se, assim, não no plano da construção de uma identidade do nacional, mas na dimensão do imediato na qual se produz o humano.

Em síntese, compreender o lugar de memória, do ponto de vista da análise geográfica, significa articular dialeticamente a ordem próxima/ordem distante, o local/mundial, a grandeza/miséria do cotidiano, a memória individual/coletiva e, por fim, a memória voluntária e involuntária.

As categorias de lugar de memória operária

Partindo-se da reelaboração da noção e dos fundamentos teóricos propostos para esta análise geográfica, a compreensão dos lugares da memória operária envolve pensar na ordem local, como dimensão na qual se criam os laços de identidade e de solidariedade, o plano em que se dá a vida cotidiana marcada pelo ritmo da fábrica e pelas lutas e resistência ao processo de alienação no trabalho, atravessadas, contraditoriamente, pelas contingências da ordem distante, do mundial.

O lugar de memória operária enfatiza a importância dessa dimensão geográfica: importa entender de que forma se constitui a memória coletiva desse grupo social, inscrita em um fragmento do espaço concreto e que papel as imagens espaciais desempenham na memória coletiva “[...] cada sociedade recorta o espaço à sua maneira, mas de uma vez por todas ou sempre segundo as mesmas linhas, de maneira a constituir um contexto fixo em que ela encerra e encontra suas lembranças [...]” (HALBAWACHS, 2006, p.188). Neste sentido, as categorias de lugares de memória operária representam as diferentes formas como essas experiências coletivas e de classe se inscrevem nos espaços concretos.

Antigas vilas operárias construídas para abrigar os trabalhadores estrategicamente próximos aos seus locais de trabalho; conjuntos habitacionais produzidos na era Vargas, a cargo dos Institutos de Aposentadorias e Pensões dos Industriários (IAPIs) e da Fundação Casa Popular, que representam iniciativas estatais pioneiras na esfera da produção de moradia popular; espaços de luta do trabalhador na cidade, tal qual uma rua ou uma praça, palco de manifestações públicas que marcaram a cena política nacional; antigas edificações fabris carregadas de um significado simbólico ligado ao cotidiano e às formas de exploração e opressão dos trabalhadores; bares ou campos de futebol em que a organização sindical também se fez; todos esses são exemplos do que pode ser interpretado como os lugares da memória operária no Brasil.

Rébérioux (1992), ao estudá-los, a partir da experiência francesa, propõe a seguinte classificação em diferentes categorias: lugares de trabalho, lugares de solidariedade e sociabilidade, lugares simbólicos. A autora destaca inicialmente que o tema dos lugares de memória operária

apareceu, nos anos 1980, resultado da ampliação de abordagem sobre a memória que incluiu uma maior diversidade de grupos sociais, entre eles os camponeses e o operariado, processo relacionado com a ampliação conceitual na área de patrimônio histórico.

De repente, são os operários e não só os militantes que se tornaram objeto de pesquisas de memória, mas também as mulheres, por tanto tempo destituídas de história heroica: elas não faziam guerra, não voltavam, elas não dirigiam as greves já que os homens estavam lá. Então, ignoradas as mulheres, temidos os operários mas, sobretudo na França, desprezados os estrangeiros, às vezes detestados hoje em dia. [...] É na direção destes três grupos que se orientou a busca da memória, que ela se orienta neste momento. (RÉBÉRIOUX, 1992, p. 49)

Para a autora, das três tipologias de lugares de memória, é forçoso começar pelos lugares de trabalho, já que é a atividade industrial que produz o operário, que o distingue. Por lugares de trabalho ela define a fábrica, a oficina e a usina. Ressalva, porém que o lugar no qual se guarda a memória do trabalho não corresponde necessariamente ao espaço global da fábrica. A dimensão e escala das unidades industriais dificilmente possibilita a vivência integral do que é o estabelecimento fabril, exceção feita aos sindicalistas, em função da essência de seu trabalho militante, que permite essa vivência global. Ao contrário, a experiência da maior parte do operariado é em pontos restritos, relacionada ao espaço da oficina ou galpão onde trabalha e encontra os mesmos companheiros.

Como lugares de solidariedade e sociabilidade, ela destaca os cafés de Paris, ao final do século XIX, onde se bebia, fumava, jogava e onde constituíram-se

inúmeras associações operárias. Ela cita o exemplo de uma pequena cidade da França no início do século XX, com cerca de dez mil habitantes, que possuía 86 associações operárias sediadas em cafés. São também lugares definidos pelo gênero, essencialmente masculinos e lugares de onde brotavam versos e canções que retratavam a vida no trabalho, as alegrias e tristezas, conflitos e solidariedade. "A usina, o café, a rememoração operária ali se detém quando se interrogam os velhos operários e eles nos oferecem suas lembranças a respeito daqueles lugares." (RÉBÉRIOUX, 1992, p.53).

Por fim, a autora apresentou os lugares simbólicos, aqueles carregados de memória militante e consciente, no sentido de rememorar a resistência contra a alienação da vida operária, lugares que simbolizam esta luta, suas perdas e vitórias. Em Paris, o Muro dos Federados, ligado aos eventos da Comuna de Paris, o lugar por excelência da memória militante, segundo a autora.

No presente trabalho, ao invés de partirmos dessa mesma premissa, ou seja, a de que é a atividade industrial a definidora do operariado, optamos por tomar, na identificação dos lugares de memória operária, como eixo central a luta e organização dos trabalhadores.

Isso porque a região do ABC, nosso recorte espacial de pesquisa, tem marcadamente em suas origens, ainda rurais, a afirmação como lugar da luta, da insurgência e da revolta contra a opressão no trabalho. Martins (1992) cita que, logo um ano após a criação do Núcleo Colonial de São Caetano, houve a ocorrência de uma revolta de colonos italianos que reagiram à falta de cumprimento por parte do governo da província, de algumas condições previstas para a instalação do núcleo. Na revolta, que basicamente era para resolver o problema de

fome e de alimentação, as lideranças tomaram o diretor do núcleo como refém, movimento que se estendeu depois ao Núcleo Colonial de Santana, na capital. Alves, A. (2001), ao analisar a constituição do Núcleo de São Bernardo, também relata a existência de vários conflitos e movimentos contestatórios que estão na origem da moderna organização sindical. Para o autor, a análise da situação destes colonos mostra estes sujeitos sociais como "[...] precursores dos operários que décadas depois preservariam a tradição de luta pela autodeterminação e pela sobrevivência." (*op.cit.*, p.73).

Nesse sentido trabalhamos com uma classificação dividindo em 4 categorias: lugares de luta, moradia, trabalho e vida cotidiana. Priorizamos e colocamos em evidência os **lugares da luta** operária, como aqueles nos quais se dá o enfrentamento no e pelo trabalho, mas, também, de forma articulada, pelo direito à moradia. São lutas que se apropriaram do espaço público das cidades do ABC, que tomaram as ruas, terrenos e praças, que confrontaram as condições de restrição política desafiando governos, enfrentamentos que resultaram em avanços nos direitos dos trabalhadores e que denunciaram as condições de opressão e exploração na fábrica.

Já os **lugares de moradia** representam as experiências compartilhadas do viver operário, com seus limites e possibilidades. Incluem-se projetos que surgiram de forma pioneira como alternativa coletiva, frente às precárias condições de vida e que tornaram os operários sujeitos na produção do espaço da cidade. Lugares que expressam, também, a intenção de controle e sujeição total do trabalhador ao Capital e ao Estado e as conseqüentes formas de resistências à imposição do espaço abstrato.

Os **lugares de trabalho** definem-se preferencialmente pelas fábricas ou pelos eixos viários ao longo dos quais estas se concentraram, conformando espaços da industrialização. A fábrica revela-se como organizadora da vida social e como referência espacial, pois que regula o movimento do bairro, a circulação nas ruas próximas. Nela se inscreve a memória operária não só como lembrança da atividade profissional e das condições do trabalho parcelar e repetitivo que aliena, mas como recordação de uma sociabilidade regulada pelo tempo do relógio e do apito da fábrica e pela necessidade de organização e luta.

Por fim, os **lugares da vida cotidiana** são aqueles complementares ao viver operário no qual as relações de sociabilidade se reproduzem atravessadas pelas condições e necessidades do enfrentamento e de mobilização, mas são também aqueles em que o tempo livre e o lazer manifestam-se dentro da condição operária, com seus limites e possibilidades de transformação. Os lugares da vida cotidiana manifestam-se também como os de formação do operariado, mas para além da fábrica e do sindicato.

Alguns lugares de memória operária no ABC paulista

Compreender o significado dos lugares de memória operária implica em buscar suas raízes na construção de uma identidade proletária, pois, segundo Rébérioux (1992, p.55): "Acontece que só existe passado proletário quando compartilhado".

No caso da região do ABC paulista isso significa tomar como ponto de partida a constituição do trabalho livre que antecede a indústria e se configura no seio de uma

economia agrícola. Do colono agricultor e imigrante, em suas adversidades e nos limites impostos à vida material, da impossibilidade de reprodução de seu modo de vida rural, surge o operário no ABC, ligado a uma indústria que não nasceu concentrada na cidade de São Paulo, mas dispersa em um amplo espaço urbano e rural, que inclui o subúrbio, de acordo com Martins (2002).

Este trabalhador livre é o agricultor e colono, em grande parte, de origem italiana que veio para formar os núcleos coloniais de São Caetano e de São Bernardo, no último quartel do século XIX. A condição operária surge do processo que limita e impossibilita a reprodução deste sujeito social como trabalhador livre, expropriando-o dessa sua condição, levando-o a sua transformação em operário para uma indústria nascente. As indústrias que chegam ao subúrbio, no final do século XIX, encontram farta mão de obra, representada pelos colonos estrangeiros e seus descendentes, em um cenário de crise agrícola e de pressão demográfica sobre o território, segundo o autor.

Ao mesmo tempo, a sua consciência operária também foi sendo construída pelas mesmas circunstâncias do trabalho agrícola no subúrbio, mas agora a partir de uma atividade fabril. Salários baixos, longas jornadas de trabalho, trabalho infantil, condições insalubres, foram gestando as primeiras formas de organização operária. Em 1902, o ABC já testemunhava a sua primeira greve de trabalhadores, na Tecelagem Silva, Seabra & Cia, a qual se seguiram outros tantos movimentos de trabalhadores e a organização das primeiras iniciativas sindicais: em São Bernardo, a Liga Operária (1907), o Sindicato de Marceneiros e Tecelões (1907), a União dos Operários das Fábricas de Tecidos (1913), a União Operária (1918) e posterior sua reorganização (1928).

A diversificação do parque industrial na região do ABC, nas primeiras décadas do século XX, com a chegada de grandes e importantes indústrias demandou ampliação do mercado de trabalho, neste momento abastecido por forte movimento migratório campo-cidade e de caráter inter-regional. Este processo acabou por constituir uma nova massa trabalhadora no ABC, já que o imigrante estrangeiro foi substituído pelo migrante vindo de regiões do interior do país. Entretanto, essa força de trabalho moderna tem, em comum, a mesma história de origem da massa trabalhadora anterior, ou seja, as condições de expropriação da terra e o trabalho agrícola.

A partir de 1930, com este impulso à industrialização que constituiu as grandes e modernas massas operárias, a organização sindical e trabalhista ganhou maior dimensão de atuação com a fundação de vários sindicatos de classe, tais como o dos Marceneiros (1933), dos Metalúrgicos (1934), dos Têxteis (1936) e dos Químicos (1938).

Ao mesmo tempo em que a atividade sindical se ampliou e com ela os movimentos grevistas, fortaleceu-se uma identidade operária na região ao ponto que, em 1947, pela primeira vez no país, o município de Santo André conseguiu eleger um prefeito comunista, o operário e sindicalista Armando Mazzo.

Mazzo era marceneiro, mas se filiou ao sindicato dos metalúrgicos quando foi operário da CAP (Companhia Aeronáutica Paulista), do Grupo Laminação Nacional de Metais. Como grande liderança sindical, Mazzo era militante do Partido Comunista e, em 1947, elegeu-se deputado estadual, sendo neste mesmo ano candidato à prefeitura de Santo André. Venceu as eleições em 1947, juntamente com outros 13 vereadores ligados ao Partido Comunista, entre os quais, Carmem Savietto,

metalúrgica, considerada uma das mulheres operárias mais combativas e membro da União de Mulheres Democráticas. Ambos formavam o grupo chamado de "Candidatos de Prestes", mas oficialmente estavam registrados como candidatos do PST (Partido Social Trabalhista) pela condição de ilegalidade do Partido Comunista.

Não assumiram os cargos, em início de 1948, por uma manobra política que declarou a inexistência dos registros das candidaturas no partido. Carmem Savietto seria a primeira mulher vereadora eleita e Armando Mazzo, o primeiro operário e metalúrgico prefeito de um município. Ambos em uma região estratégica para o governo paulista e federal: a mais rica e potente zona industrial dos arredores da capital, berço da nascente indústria automobilística do país.

A semente de uma identidade operária estava assim constituída e hoje se manifesta-se em lugares que estão desaparecendo na paisagem urbana em função de processos de valorização do espaço; perdem-se as vilas operárias, importantes galpões industriais, sedes das associações operárias, de antigos clubes esportivos.

Alguns lugares permanecem como testemunhos destes processos. São **lugares de moradia**, como o Conjunto Habitacional de Vila Guiomar, projeto de concepção modernista do arquiteto Carlos Frederico Ferreira, de 1937, considerado um dos marcos da produção de habitação popular em São Paulo. O conjunto pode ser compreendido na lógica do papel do Estado como garantidor das condições de reprodução da força de trabalho, em um momento de grande expansão industrial no país. A concepção de uma nova forma de moradia operária, sob princípios da arquitetura racionalista, mostra a tentativa de imposição de um modo de vida, a partir da visão do

ordenamento do espaço. No entanto, há um ganho social no projeto do Conjunto de Vila Guiomar, representado pela generosidade dos espaços coletivos, das áreas verdes e dos lugares de recreação e que contrastam com as atuais formas de habitação popular produzidas pelo Estado.

Entre outros lugares de moradia que poderíamos destacar está a Vila Comunitária, em São Bernardo do Campo, um dos primeiros projetos de construção de habitação social (1985), por meio de sistema de mutirão. O projeto é do arquiteto uruguaio, Leonardo Pessina, exilado político que atuou em experiências de habitação popular no Uruguai. No Brasil a primeira experiência em que o arquiteto atuou foi o da Vila Comunitária. Pessina é um dos fundadores da União Nacional por Moradia Popular (UNMP, criada em 1988) e faz parte da ONG CAAP, Centro de Assessoria à Autogestão Popular. A experiência de mutirões de habitação chegou, no Brasil, por meio dos arquitetos uruguaios que atuavam com a questão, sendo Leonardo Pessina um dos mais importantes nomes. Neste sentido, a Vila Comunitária adquire um sentido especial por se constituir em uma experiência pioneira que acabou por gerar outras, em São Paulo.

Outro **lugar de moradia** e, também, **lugar de luta** a ser destacado é a Vila Socialista, município de Diadema. Em 1990, cerca de 1.500 famílias ocuparam um terreno no Jardim Inamar, movimento que foi denominado de Vila Socialista. Diadema vivia naqueles anos uma grave crise habitacional, com cerca de um terço de sua população vivendo em favelas. O desfecho se deu em dezembro daquele ano, em um episódio dramático e violento em que a desocupação do terreno envolveu cerca de 400 policiais militares, com uso da cavalaria, helicópteros e bombas de gás lacrimogêneo e que

resultou em muitos feridos, dois trabalhadores mortos e a prisão, durante meses, de dois vereadores que apoiavam o movimento¹.

Uma parte das famílias desalojadas, depois de anos de espera, recebeu os apartamentos construídos pelo CDHU, o Conjunto Habitacional Vila Socialista. Outra parte conseguiu adquirir lotes populares em terreno próximo ao local, a partir da organização do movimento de moradia que comprou e loteou a área. O bairro traz como marca particular os nomes das vias como Rua dos Proletários, Rua dos Sindicalistas, Rua da Resistência, Rua da Conquista Popular. Com suas casinhas coloridas e bem cuidadas, este bairro contrasta com a paisagem árida do conjunto habitacional do CDHU, ambos lugares marcados pela memória da luta por moradia.

Na categoria de **lugares de trabalho** apresentam-se algumas das grandes fábricas da região, entre as quais a Volkswagen, Ford, Rhodia Química e Mercedes-Benz, entre outras. São lugares de trabalho em que as memórias muitas vezes manifestam-se como lembranças das condições de opressão e exploração do trabalhador. É o caso da Laminagem Nacional de Metais onde se destacam os depoimentos relativos a um dos mais terríveis esquemas internos de controle do operariado nos anos 1940 e 1950, pois a empresa utilizava-se de vigilância armada, fato que dificultava a organização dos trabalhadores. Quando havia algum indício de organização dos trabalhadores para conquistas salariais, as chefias já tratavam de demitir os envolvidos e aumentavam as perseguições. Na famosa Greve dos 400 mil, em 1957, era questão de honra paralisar a LNM, mas com o corpo de segurança interna

¹ Conforme depoimento de Manuel Boni, um dos ex-vereadores presos na ocasião e também seriamente ferido na violenta operação de reintegração de posse.

que aterrorizava os trabalhadores e a articulação da empresa com as forças de segurança do estado, foi impossível para os piquetes vencer o bloqueio. Na LNM nem sequer conseguiam sindicalizar os operários, mas o problema não era de incapacidade do movimento operário, e sim desta aliança poderosa entre o econômico e o político.

Dentre os **lugares de luta** inventariados, destaca-se a Conforja, atual Uniforja, situada no município de Diadema e que hoje representa a maior fabricante de anéis, flanges e conexões de aço da América Latina. É resultado de uma experiência única na região do ABC, de fábrica atuando em sistema de cooperativa de trabalhadores e que se constituiu depois de um período de crise e quase falência da empresa nos anos 1990, em que os operários se organizaram para salvar seus empregos e para administrar a produção e os negócios.

Menção especial deve ser dada nessa mesma categoria de **lugar de luta** ao Estádio da Vila Euclides, em São Bernardo do Campo, pela sua importância na construção e fortalecimento de uma identidade operária na região. Ele marca um período mais contemporâneo na formação desta identidade, ligada a atuação de um forte movimento operário, ao final da década de 1970, na região do ABC paulista. As manifestações grevistas que tomaram a cena pública do país em um momento de ditadura e repressão política firmaram a região como o *locus* da identidade operária moderna. Junto com ele, o Paço Municipal, a Igreja Matriz e a Rua Marechal Deodoro, em São Bernardo do Campo, formam um conjunto de lugares de luta que expressam memórias de uma experiência compartilhada de resistência e organização dos trabalhadores, que foi para além da luta no trabalho, incorporando-se às formas de oposição ao regime militar imposto ao país desde 1964.

A pesquisa inventariou, no total, mais de 50 lugares na região do ABC, sendo impossível relatá-los em profundidade neste artigo. Neste sentido o que podemos pontuar a respeito do tema é que os lugares de memória operária sinalizam, de um lado os limites impostos pelo mundo do trabalho fabril, as restrições do tempo da vida e do lazer, o empobrecimento das relações sociais, o confinamento das possibilidades de acesso à cidade; no entanto, de outro lado, testemunham o compartilhamento de experiências vividas, de resistências e de enfrentamentos, de sofrimentos e esperanças, a unidade em torno da dificuldade, a solidariedade diante das dificuldades.

Segundo Pádua (2007), não se trata de um mundo arrasado, sem possibilidades de realização do encontro, de resistências quanto à alienação do processo de trabalho. O modo de vida coisifica e aliena o trabalhador, mas há, também, o seu contrário, a negação da dominação por meio da consciência de si e do processo.

Considerações finais

Hoje, em um cenário em que as mudanças no mundo do trabalho repercutem na constituição da classe trabalhadora fragmentando-a cada vez mais, dividindo-a em setores qualificados e sem qualquer qualificação, entre emprego formal e o informal/precarizado faz-se necessário “soldar os laços de pertencimento de classe existentes entre os diferentes segmentos que compreendem o mundo do trabalho” (ANTUNES, 2001, p. 24). A memória coletiva coloca-se como um instrumento fundamental para isso. Ela é um cimento indispensável à sobrevivência das sociedades e elemento de

coesão que garante a permanência e a elaboração de um futuro (SANTOS, 2002).

Os lugares de memória operária trazem um sentido político na cidade de luta contra o esquecimento e conseqüentemente contra as formas de alienação do trabalho, inclusive aquelas que destroem a identidade de classe e a memória do grupo. Eles possibilitam trabalhar a história da cidade evidenciando aquilo que escapa ou se insurge contra os processos hegemônicos, aquilo que resiste contra a imposição de um espaço abstrato, do controle social e a opressão no trabalho. São memórias que nos cabe fazer aflorar a superfície para mostrar outras possibilidades de construção do urbano.

Em um cenário urbano-metropolitano de grandes transformações incluindo as do mundo do trabalho, os lugares da memória operária tornam-se, também, espaços residuais (SEABRA, 2004). São fragmentos de velhos bairros, que não se apresentam como funcionais, ao contrário, tornam-se obstáculo à mobilidade e a circulação urbana, vez por outra arrasados por um urbanismo de mercado. Segundo a autora, nesses lugares “[...] de alguma forma permanece retida a história inteira, vivida e experimentada com sua riqueza e pobreza, com seus impasses e contradições, porque eles são acumulação de tempos sociais e históricos.” (*op.cit.*, p. 185/186).

Os lugares da memória operária guardam, assim, um sentido político ao permanecerem e resistirem dentro da metrópole à tendência de homogeneização imposta por uma urbanização calcada no mercado imobiliário de novos produtos, que vendem um novo modo de vida antiurbano, de negação da cidade, de distanciamento social e de confinamento de seus moradores no interior de muros e somente entre os iguais.

A metrópole oprime quando destrói os apoios da memória coletiva, sufoca a lembrança pelo desaparecimento dos seus suportes materiais (MATOS, 1982). Nesta perspectiva, os lugares de memória operária seriam como ruínas, que resistem ao poder destruidor dos interesses do mercado.

O olhar sobre os lugares de memória operária a partir da experiência de luta e resistência dos trabalhadores contra as condições de exploração e opressão permite refazer um percurso sobre a história de constituição das cidades do ABC. Tal visada, feita a partir de experiências compartilhadas de luta e insurgências aos processos hegemônicos, converge para o que Benjamim (2010, p.225) chamou de “escovar a história a contrapelo”.

Nunca houve um monumento de cultura que não fosse também um monumento de barbárie. E assim, como a cultura não é isenta de barbárie, não é tampouco, o processo de transmissão da cultura. Por isso, na medida do possível, o materialista histórico se desvia dela. Considera sua tarefa escovar a história a contrapelo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ANTUNES, Ricardo. *Os sentidos do trabalho. Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho*. São Paulo: Boitempo, 1999. 175p.
- ALVES, A. Os imigrantes do Núcleo Colonial de São Bernardo e a constituição do subúrbio paulistano (1877-1902). In: IOKOI, Z.M.G. *Diadema nasceu no grande ABC: História Retrospectiva da Cidade Vermelha*. São Paulo: Humanitas/Fapesp, 2001. p.53-75.
- ALVES, R. *Sobre o tempo e a eternidade*. Campinas: Papirus, 1995. 164p.
- BENJAMIM, W. *Magia e técnica. Arte e política*. Ensaio sobre a literatura e história da cultura. São Paulo: Brasiliense, 2010. 233p.
- CARLOS, A.F.A. *O lugar no/do mundo*. São Paulo: Hucitec, 1996. 150p.
- DECCA, E.S. de. Memória e Cidadania. In: Departamento de Patrimônio Histórico. *O direito à memória. Patrimônio Histórico e Cidadania*. São Paulo: Departamento de Patrimônio Histórico, 1992. p. 129 -136.
- HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Centauro, 2006. 222p.
- LEFEBVRE, H. *A vida cotidiana no mundo moderno*. São Paulo: Ática, 1991.
- LENCIONI, Sandra. Reestruturação urbano-industrial no Estado de São Paulo: a região da metrópole desconcentrada. In: SANTOS, Milton et al (orgs.). *Território globalização e Fragmentação*. São Paulo: Hucitec, Anpur, 1994. p. 198-212.
- MARTINS, J.S. *Subúrbio*. Vida cotidiana e história do subúrbio da cidade de São Paulo: São Caetano, do fim do Império ao fim da República Velha. São Paulo: Hucitec/Ed. Unesp, 2002. 356p.
- MATOS, O.C.F. A cidade e o tempo: algumas reflexões sobre a função social das lembranças. *Espaço e Debates*, Revista de Estudos Regionais e Urbanos, nº 7, 1982, p. 45-52.
- NORA, Pirre. *Les liex de mémoire*. Paris: Éditions Gallimard, 1997.
- PÁDUA, R.F. *Implicações socioespaciais da desindustrialização e da reestruturação do espaço em um fragmento da metrópole de São Paulo*. Dissertação (Mestrado) – Fac. Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, 2007.
- PROUST, M. Entrevista Marcel Proust e a memória. *Espaço e Debates*, Revista de Estudos Regionais e Urbanos, nº 33, 1991, p. 80/81.
- PROUST, M. *Em busca do tempo perdido*. Vol. I. Do lado de Swann. Lisboa: Relógio D'Água, 2003. 445p.
- RÉBÉRIOUX, Madeleine. Os lugares da memória operária. In: Departamento de Patrimônio Histórico. *O direito à memória. Patrimônio Histórico e Cidadania*. São Paulo: Departamento de Patrimônio Histórico, 1992. p. 47-56.
- SANTOS, Milton. *A natureza do espaço*. São Paulo: Edusp, 2002. 384p.
- SEABRA, O.C. L. Territórios do uso: cotidiano e modo de vida. *Revista Cidades*, Presidente Prudente, nº 2, v.1, 2004, p.181-206.